

PARANÁ

BRASIL



O Paraná pós-governo Ratinho Júnior: Transformações Estruturais, Indicadores Socioeconômicos e o Novo Perfil do Estado



Grupo Ondas Médias Comunicação
Matinhos - PR
buchi@imagem.ch

Table of Contents

O Paraná pós-governo Ratinho Júnior: Transformações Estruturais, Indicadores Socioeconômicos e o Novo Perfil do Estado.....	2
O Paraná pós-governo Ratinho Júnior: Transformações Estruturais, Indicadores Socioeconômicos e o Novo Perfil do Estado.....	5
1. Dinâmica Econômica e Finanças Públicas.....	6
2. A Transformação da Educação Básica: O Fenômeno do IDEB.....	7
3. Segurança Pública: Redução Criminal e Modernização.....	9
4. Infraestrutura, Desestatização e o Novo Modelo de Pedágios.....	11
5. Desafios Estruturais e Desigualdades Regionais.....	12
6. Síntese Quantitativa do Estado do Paraná (2018 vs. 2026).....	15
A Transformação da Copel em Corporação: Análise Detalhada da Desestatização.....	16
1. Capacidade de Investimento e Estrutura de Capital.....	16
2. Impacto nas Tarifas de Energia.....	17
3. O Debate Jurídico e Político.....	20
Síntese do Cenário Atual da Copel.....	21
Comparativo de Desestatização: Copel vs. Eletrobras.....	22
1. O Mecanismo do <i>Poison Pill</i> e Limitação de Voto.....	22
2. As <i>Golden Shares</i> e o Papel do Estado.....	23
3. Composição dos Conselhos e Governança Corporativa.....	24
4. Tabela Comparativa de Estrutura: Eletrobras vs. Copel.....	25
Síntese das Diferenças Estratégicas.....	26
Tabela Comparativa de Indicadores Regionais.....	26
Destaques e Matrizes de Desempenho.....	27
1. Como Funciona a Golden Share na Prática?.....	29
2. Quais Poderes de Veto a Golden Share Garante?.....	29
3. O que a Golden Share NÃO Pode Vetar?.....	31
Tabela Resumo: Escopo da Golden Share do Paraná.....	31
Análise Crítica do Instrumento.....	32
Comparativo de Atração de Investimentos: Paraná vs. Santa Catarina.....	33
1. Arquitetura dos Programas Estaduais de Incentivo.....	33
2. Foco Setorial e Perfil das Empresas Atraídas.....	34
3. Tabela Comparativa de Incentivos Fiscais e Atração.....	35
4. O Impacto da Reforma Tributária (IBS/CBS) na Disputa.....	37
A aprovação e a regulamentação da Reforma Tributária do Consumo.....	38
1. O Fim da Guerra Fiscal: Mudança para o Princípio do Destino.....	38
2. A Cronologia de Transição dos Incentivos Existentes.....	39
3. Impacto Específico na Estratégia dos Estados do Sul.....	40
4. Os Novos Vetores de Competitividade (Pós-Guerra Fiscal).....	41
1. Gestão Orientada por Dados e Monitoramento em Tempo Real.....	42
2. Recomposição de Aprendizagem e Plataformização Pedagógica.....	44
3. Tutoria Pedagógica e Formação Continuada na Chão da Escola.....	44
4. Reformulação de Modelos de Gestão e Escolas Cívico-Militares.....	45
5. Meritocracia, Metas e Bônus de Desempenho.....	46
O Balanceamento do Modelo: Avanços e Críticas.....	46
As transformações implementadas na rede estadual de ensino do Paraná entre 2019 e 2026.....	48

Grupo Ondas Médias Comunicação - Matinhos – PR

1. O Fenômeno da "Plataformização" e o Adoecimento Docente.....	48
2. A Crítica ao IDEB: "Teaching to the Test" e Manipulação do Fluxo.....	49
3. Terceirização da Gestão Escolar: O Programa <i>Parceiro da Escola</i>	50
4. Escolas Cívico-Militares e Militarização da Juventude.....	51
5. Tabela Resumo: O Aumento de Indicadores vs. A Visão das Críticas.....	51
Síntese do Debate.....	53
O Legado e os Fardos Deixados por Ratinho Júnior: Balanço de Oito Anos de Gestão no Paraná...	54
1. O Legado: Eficiência Operacional, Atração de Investimentos e IDEB.....	54
2. Os Fardos: Privatizações, Relações de Trabalho e Infraestrutura.....	56
3. Matriz Consolidada de Indicadores: O Salto e os Custos.....	58
4. Análise de Impacto de Longo Prazo.....	59
Referências e Fontes Consultadas.....	59
Referências e Fontes Oficiais.....	60

O Paraná pós-governo Ratinho Júnior: Transformações Estruturais, Indicadores Socioeconômicos e o Novo Perfil do Estado

A passagem de Carlos Massa Ratinho Júnior pelo Poder Executivo do Estado do Paraná (2019–2026) marca um período de reestruturação do perfil econômico, administrativo e infraestrutural paranaense. A gestão caracterizou-se pela implementação de uma agenda voltada ao liberalismo econômico, desestatização de ativos públicos, reformulação das concessões rodoviárias e reorganização pragmática de áreas prioritárias como educação e segurança pública.

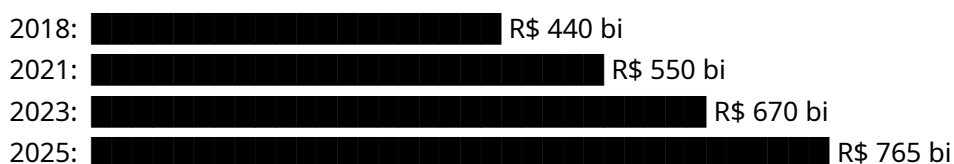
Ao longo desses dois mandatos consecutivamente exercidos, o Paraná consolidou sua posição como a quarta maior economia do país, ultrapassando o Rio Grande do Sul e alcançando parâmetros de estabilidade fiscal refletidos na nota máxima da Secretaria do Tesouro Nacional (Capag A+). No entanto, a transição para o cenário pós-Ratinho Júnior herda um panorama dual: de um lado, indicadores operacionais de excelência pedagógica e redução de criminalidade urbana; de outro, debates profundos sobre o papel do Estado, privatizações de serviços essenciais, pressões ambientais e a manutenção de assimetrias regionais entre os polos agroindustriais e o interior vulnerável.

1. Dinâmica Econômica e Finanças Públicas

Expansão do Produto Interno Bruto (PIB) e Peso Nacional

A trajetória econômica do Paraná entre 2019 e 2026 demonstrou taxas de expansão frequentemente superiores à média do Brasil. Dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que o PIB estadual evoluiu de aproximadamente R\$ 440 bilhões em 2018 para patamares consolidados em R\$ 765 bilhões ao final de 2025, com projeções de atingir o teto de R\$ 800 bilhões até o encerramento do ciclo de 2026.

Evolução do PIB do Paraná (2018–2025 em R\$ bilhões)



Fonte: IPARDES / IBGE

Essa expansão permitiu ao Paraná sustentar uma participação superior a 6,0% do PIB nacional. Esse desempenho apoia-se em três pilares fundamentais:

1. **Agroindústria de Alta Tecnologia:** Liderança na produção e exportação de proteína animal (frangos, suínos e peixes), soja e milho, integrada por cooperativas agrícolas de grande porte.
2. **Diversificação Industrial:** Crescimento do polo automotivo, da indústria alimentícia e do setor de celulose e papel no interior do estado.
3. **Atração de Investimentos Privados:** Adoção de programas de incentivo fiscal e desburocratização administrativa que captaram mais de R\$ 120 bilhões em investimentos privados nacionais e internacionais durante o período.

Equilíbrio Fiscal e Capag A+

No âmbito fiscal, o Paraná manteve o selo **Capag A+** concedido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Esta classificação atesta capacidade plena de pagamento, baixo endividamento líquido em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) e margem sólida de caixa. O equilíbrio das contas públicas viabilizou a manutenção de

investimentos diretos com recursos próprios, sem dependência exclusiva de repasses voluntários da União.

Tabela 1: Indicadores Econômico-Fiscais Consolidados (2018 vs. 2025/2026)

Indicador	2018	2025/2026	Fonte Oficial
PIB Nominal (R\$)	R\$ 440 bilhões	R\$ 765 bilhões	IPARDES / IBGE
Participação no PIB Nacional	~5,6%	6,1% – 6,5%	IBGE / IPARDES
Posição no Ranking das Economias	5ª posição	4ª posição	IBGE
Capacidade de Pagamento (STN)	Capag B / A	Capag A+	Tesouro Nacional
Crescimento Anual do PIB (Média)	1,2% (2014-2018)	2,8% – 3,8% (2023-2025)	IPARDES

2. A Transformação da Educação Básica: O Fenômeno do IDEB

O setor educacional transformou-se na principal vitrine política e administrativa do governo do Estado. A Secretaria de Estado da Educação (SEED-PR) implementou uma reestruturação pautada na gestão por resultados, monitoramento contínuo da frequência escolar por aplicativo (Eduscolar), tutoria pedagógica e forte inserção de ferramentas tecnológicas.

Resultados Oficiais do INEP/MEC

Nos ciclos de avaliação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Paraná conquistou e manteve a **liderança isolada nacional** na rede pública:

- **Ensino Médio:** Atingiu a marca de **5,1**, sendo a maior nota registrada no Brasil e o único estado a superar o patamar de 5,0 pontos.

- **Anos Finais do Ensino Fundamental (Rede Pública):** Alcançou nota **5,8** (e 5,9 na soma das redes), superando estados historicamente destacados como Ceará e Goiás.
- **Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Rede Pública):** Liderou com nota **6,9**, registrando expressiva redução da lacuna de aprendizagem em relação às escolas privadas.

IDEB do Ensino Médio - Desempenho do Paraná em Comparação Nacional

Paraná (Líder):	[5.1]	
Piauí:	[5.0]	
Espírito Santo:	[4.9]	
Média Nacional Brasil:	[4.5]	
Média Redes Estaduais:	[4.3]	

Fonte: INEP/MEC (Dados consolidados)

Controvérsias e Modelos de Gestão

Apesar das métricas elevadas, o modelo pedagógico e administrativo enfrentou intensos debates sociais e sindicais:

- **Escolas Cívico-Militares:** Expansão de mais de 200 unidades com gestão compartilhada entre o corpo pedagógico civil e policiais militares da reserva.
- **Programa Parceiro da Escola:** Introdução da gestão privada terceirizada da parte administrativa e financeira de dezenas de colégios estaduais, medida que gerou paralisações organizadas pela APP-Sindicato e disputas judicializadas sobre a constitucionalidade da privatização da gestão escolar.
- **Plataformização e Metas:** Críticos apontaram a sobrecarga de trabalho docente vinculada ao cumprimento de métricas digitais diárias e o foco excessivo nas provas padronizadas (Prova Paraná) em detrimento da autonomia pedagógica.

3. Segurança Pública: Redução Criminal e Modernização

A política de segurança pública combinou investimentos em inteligência, reforço no efetivo e integração de forças policiais. Relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP/PR) apontam uma redução consistente nos índices de criminalidade violenta no Paraná no período de 2018 a 2025/2026.

Indicadores de Criminalidade Violenta

- **Mortes Violentas Intencionais (MVI):** A taxa estadual recuou de **21,2 por 100 mil habitantes em 2018** para **15,5 por 100 mil habitantes em 2025/2026**, atingindo o patamar histórico mais baixo desde o início da série temporal sistematizada.
- **Homicídios Dolosos:** A taxa por 100 mil habitantes caiu de **17,2** para aproximadamente **9,9 a 10,2**, registrando uma redução em volume absoluto de vítimas superior a 35%. Em 2025, mais de 160 municípios paranaenses não registraram nenhum homicídio doloso ao longo do ano.
- **Crimes Patrimoniais:** Roubos de veículos e assaltos a estabelecimentos comerciais e bancários caíram mais de 25% no acumulado do período, em grande parte impulsionados pela ampliação do cercamento digital e do monitoramento por câmeras conectadas às centrais integradas de comando.

Tabela 2: Evolução dos Indicadores de Segurança Pública no Paraná

Categoria Criminal	2018	2025/2026	Variação (%)	Fonte Oficial
Taxa MVI (por 100 mil hab.)	21,2	15,5	-26,9%	FBSP / SESP-PR
Homicídios Dolosos (Absoluto)	~1.955	~1.183 - 1.270	-35,0%	SESP-PR / FBSP
Roubo de Veículos (Variação)	Base	-27,7%	-27,7%	FBSP

Grupo Ondas Médias Comunicação - Matinhos – PR

Categoria Criminal	2018	2025/2026	Variação (%)	Fonte Oficial
anual 24-25)				
Municípios sem Homicídios	~110	164	+49,1%	SESP-PR

4. Infraestrutura, Desestatização e o Novo Modelo de Pedágios

O setor de infraestrutura representou uma das marcas mais complexas e profundas da gestão. A estratégia estadual alinhou-se com o Ministério dos Transportes e a B3 para desenhar uma nova matriz logística.

Estrutura do Novo Programa de Concessões Rodoviárias do Paraná (Lotes 1 a 6)

[Malha Integrada: ~3.300 km de Rodovias Estaduais e Federais]

- |
- Modelagem Econômica: Leilão na B3 por Menor Tarifa (Sem Limite de Desconto)
- Mecanismo de Segurança: Aporte Financeiro Progressivo (Garantia de Obras)
- Compromissos Contratuais: > R\$ 50 bilhões em Obras (Duplicações e Trevos)

O Novo Anel de Integração

Após o encerramento dos antigos contratos de concessão em novembro de 2021, o estado passou por um período transitório sem cobrança de tarifas. O novo modelo foi dividido em seis lotes, abrangendo mais de 3.300 quilômetros de rodovias federais e estaduais:

1. **Critério de Menor Tarifa:** Abandono do modelo híbrido antigo, permitindo disputa por desconto tarifário pleno na Bolsa de Valores (B3).
2. **Exigência de Caução Financeiro:** Criação do aporte de garantia proporcional ao desconto concedido, visando evitar o não cumprimento de obras pactuadas no passado.
3. **Volume de Investimentos:** Previsão contratual de mais de R\$ 50 bilhões em duplicações, terceiras faixas e contornos urbanos ao longo de 30 anos.

Grandes Obras Estruturantes

A gestão entregou e viabilizou projetos emblemáticos de integração logística e territorial:

- **Ponte da Integração Brasil-Paraguai:** Ligação entre Foz do Iguaçu e Presidente Franco, aliviando o tráfego da Ponte da Amizade.
- **Ponte de Guaratuba:** Início e andamento da obra viária no Litoral Paranaense, solucionando um gargalo histórico de mobilidade do estado.

- **Ampliação do Porto de Paranaguá:** Leilões de áreas operacionais (PARs) e consolidação do porto como referência nacional em eficiência no escoamento de grãos e contêineres.

Desestatizações e Reformulação Patrimonial

O governo promoveu a alienação ou concessão de expressivos ativos estatais:

- **Copel (Companhia Paranaense de Energia):** Transformação em corporação com capital pulverizado em 2023, sob a justificativa de maximização do poder de investimento da empresa no setor elétrico nacional.
- **Compagás:** Concessão e alienação do controle da distribuidora de gás canalizado.
- **Sanepar:** Mapeamento de parcerias público-privadas (PPPs) para cumprir as metas do Marco Legal do Saneamento Básico até 2033.

As desestatizações trouxeram elevado aporte financeiro de curto prazo para os cofres estaduais, mas dividiram opiniões entre especialistas no setor de infraestrutura sobre a perda do controle acionário direto de ativos estratégicos de energia e água.

5. Desafios Estruturais e Desigualdades Regionais

Embora o desempenho macroeconômico seja expressivo, o Paraná do pós-governo Ratinho Júnior preserva gargalos estruturais que requerem atenção do planejamento governamental futuro:

Assimetria de Desenvolvimento (IDH e Renda)

Persiste uma divisão marcante entre os eixos de elevado dinamismo — Região Metropolitana de Curitiba, Norte (Londrina e Maringá), Oeste (Cascavel e Toledo) e Campos Gerais (Ponta Grossa) — e áreas com menor dinamismo industrial e agrícola, como o Vale do Ribeira, o Centro-Sul paranaense e partes do Litoral.

Disparidade do PIB por Mesorregiões Paranaenses (Participação Estimada)

RMC & Curitiba:		(35%)
Norte / Noroeste:		(22%)
Oeste / Sudoeste:		(20%)
Campos Gerais / Sul:		(14%)
Centro-Sul / Litoral:		(9%)

Grupo Ondas Médias Comunicação - Matinhos – PR

Fonte: Estimativas consolidadas IPARDES

Sustentabilidade Ambiental e Mudanças Climáticas

A dependência da economia paranaense no agronegócio impõe desafios ambientais críticos:

- **Segurança Hídrica e Solo:** Necessidade de preservação do Aquífero Karst e Bacia do Paraná diante de episódios severos de estiagem e chuvas intensas irregulares.
- **Transição Energética:** Desafio de manter a expansão da matriz fotovoltaica e de biomassa no campo mantendo a preservação dos remanescentes da Floresta de Araucárias e da Mata Atlântica.

6. Síntese Quantitativa do Estado do Paraná (2018 vs. 2026)

Tabela 3: Matriz Consolidada de Indicadores Socioeconômicos

Dimensão	Indicador Específico	Situação em 2018	Situação em 2025/2026	Fonte / Referência
Economia	PIB Total (R\$)	R\$ 440 bilhões	R\$ 765–800 bilhões	IPARDES / IBGE
Economia	Posição no PIB Nacional	5º lugar	4º lugar	IBGE
Fiscal	Rating Capag (STN)	B / A	A+	Tesouro Nacional
Educação	IDEB - Ensino Médio	4,0 (9º lugar)	5,1 (1º lugar)	INEP / MEC
Educação	IDEB - Fund. Anos Finais	4,9	5,8 - 5,9	INEP / MEC
Segurança	Taxa MVI (por 100 mil hab.)	21,2	15,5	FBSP / SESP-PR
Segurança	Taxa Homicídios Dolosos	17,2	9,9 – 10,2	SESP-PR / FBSP
Infraestrutura	Extensão Rodoviária Concedida	~2.500 km (Antigo Anel)	~3.300 km (Lotes 1 a 6)	DER-PR / ANTT
Empresas	Controle da Copel	Estatal tradicional	Corporação / Privada (2023)	B3 / CVM

A Transformação da Copel em Corporação: Análise Detalhada da Desestatização

A desestatização da Companhia Paranaense de Energia (Copel), efetivada em agosto de 2023 através de uma oferta pública de ações (*follow-on*) na Bolsa de Valores (B3), representou uma das maiores operações de desestatização do setor elétrico subnacional no Brasil. O Estado do Paraná reduziu sua participação com direito a voto de 31,1% para aproximadamente 10% (mantendo uma ação de classe especial com poder de veto, a *Golden Share*), arrecadando R\$ 3,1 bilhões na operação direta.

A transição da Copel de estatal tradicional para uma **corporação sem acionista controlador definido** (*corporation*) reorganizou o modelo de governança e os planos operacionais da empresa. A seguir, analisa-se essa transformação sob os três eixos fundamentais solicitados: capacidade de investimento, impactos nas tarifas de energia e a sustentação do debate jurídico.

1. Capacidade de Investimento e Estrutura de Capital

Alavancagem e Liberdade Operacional

Enquanto empresa estatal, os investimentos da Copel estavam vinculados às restrições de endividamento público impostas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), pela Lei de Licitações (Lei 8.666/93 e posteriormente Lei 14.133/21) e pelas prioridades orçamentárias do governo estadual.

Com a corporatização:

- **Gargalos Licitatórios:** A companhia passou a operar sob regras do direito privado na contratação de bens e serviços, agilizando processos de aquisição de equipamentos para parques eólicos, solares e redes de distribuição.
- **Captação no Mercado de Capitais:** A empresa ampliou o acesso a emissores internacionais de debêntures e títulos verdes (*green bonds*), com taxas de

captação competitivas devido à eficiência operacional exigida por fundos institucionais.

Planos de Investimento (CapEx)

Entre 2019 e 2022 (período estatal), a Copel mantinha um Plano de Investimentos (CapEx) médio de R\$ 1,8 bilhão a R\$ 2,1 bilhões por ano. Nos anos posteriores à privatização (2024–2026), o conselho de administração aprovou planos anuais superiores a R\$ 2,4 bilhões, com foco em:

1. **Copel Distribuição:** Automatização da rede elétrica, substituição de medidores antigos por medidores inteligentes (*Paraná Grid*) e modernização da infraestrutura rural (*Conectividade Rural*).
2. **Renovação de Concessões de Geração:** Pagamento das outorgas ao Governo Federal para garantir a manutenção dos contratos de grandes usinas hidrelétricas, como o Complexo Foz do Areia, Segredo e Salto Caxias.

Tabela 1: Comparativo do Perfil de CapEx da Copel (Estatal vs. Corporação)

Indicador Operacional	Período Estatal (2019–2022)	Período Corporação (2024–2026)
CapEx Médio Anual (R\$)	~R\$ 1,9 bilhão	~R\$ 2,5 bilhões
Foco dos Investimentos	Manutenção básica e expansão pontual	Automação da rede rural e medidores inteligentes
Regime de Compras	Lei de Licitações Públicas	Contratações privadas (Maior agilidade)
Capacidade de Disputa em Leilões	Restrita por limites fiscais do Estado	Ampliada para novos ativos de geração/transmissão

2. Impacto nas Tarifas de Energia

O debate sobre a tarifa paga pelo consumidor final (residencial, comercial e industrial) é um dos pontos mais sensíveis da desestatização.

Como a Tarifa é Determinada?

A privatização da Copel **não altera a regra de reajuste tarifário**, que permanece 100% regulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O cálculo da tarifa de distribuição (Copel DIS) é composto por:

- **Parcela A (Custos Não Gerenciáveis):** Compra de energia de geradoras (como Itaipu), tarifas de transmissão e encargos setoriais (CDE).
- **Parcela B (Custos Gerenciáveis):** Operação, manutenção, depreciação do capital e remuneração da distribuidora (WACC).

Estrutura da Tarifa de Energia (Regulação ANEEL)

[Tarifa Final ao Consumidor]

|

├─ Parcela A: Compra de Energia + Transmissão + Encargos (Repasse direto)

└─ Parcela B: Operação/Manutenção Copel DIS + Remuneração de Capital (WACC)

Vetores de Alta vs. Vetores de Redução

1. Fatores de Pressão de Alta:

- **Outorgas das Usinas Hidrelétricas:** Para manter o controle das hidrelétricas Foz do Areia, Segredo e Salto Caxias sob o regime de produção independente (com preços de mercado), a Copel pagou mais de R\$ 3,7 bilhões em Bonificação pela Outorga (UBP) ao Governo Federal. Parte do custo de oportunidade dessa transição impactou os contratos de compra de energia no ambiente regulado ao longo do tempo.

2. Fatores de Modicidade Tarifária:

- **Eficiência Operacional:** O aumento de eficiência na redução de perdas técnicas e não técnicas (furtos) e a redução de custos com pessoal (programas de demissão voluntária - PDV post-privatização) elevam a produtividade repassada nos Processos de Revisão Tarifária Periódica (RTP) efetuados pela ANEEL a cada 4 ou 5 anos.
- **Garantias Contratuais:** No processo de privatização, a Lei Estadual nº 21.272/2022 estabeleceu travas e mecanismos para atenuar repasses à tarifa de energia elétrica no Paraná no curto prazo.

3. O Debate Jurídico e Político

A desestatização da Copel foi acompanhada de disputas judiciais e questionamentos normativos que mobilizaram o Supremo Tribunal Federal (STF), o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) e entidades sindicais.

Linha do Tempo das Etapas Jurídicas e Regulatórias

[Nov/2022] Aprovada a Lei Estadual nº 21.272 (Autorização da Desestatização)

|
[Mar/2023] Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) ajuizadas no STF

|
[Jul/2023] ANEEL aprova a renovação das outorgas das Usinas Hidrelétricas

|
[Ago/2023] Oferta Pública na B3 consolida a perda de controle acionário do Estado

Argumentos da Tese de Inconstitucionalidade (Oposição/Sindicatos)

Ajuizada por partidos políticos de oposição e entidades como a Associação dos Empregados da Copel (Adecopel) e a Frente Parlamentar em Defesa da Copel, a discussão jurídica fundamentou-se em:

1. **Necessidade de Plebiscito:** Defendia-se que a Constituição Estadual do Paraná exigia a realização de plebiscito prévio para a alienação de controle de empresas estatais estratégicas.
2. **Soberania Energética:** Alegação de violação do interesse público e entrega de ativo estratégico essencial ao desenvolvimento industrial e rural do estado.
3. **Poder da Golden Share:** Ação sobre a validade do limite de 10% do poder de voto por acionista, limitando a influência de fundos institucionais na administração estratégica da empresa.

Tese de Defesa do Governo do Estado e Diretoria da Copel

A Procuradoria-Geral do Estado do Paraná (PGE-PR) e os defensores do modelo de *corporation* sustentaram que:

1. **Emenda Constitucional Estadual:** O rito parlamentar aprovou a alteração constitucional que retirou a exigência do plebiscito, harmonizando a legislação estadual com a Constituição Federal.

2. **Preservação de Direitos Estratégicos:** A criação da *Golden Share* garante ao Estado do Paraná poder de veto em decisões cruciais, como a mudança de nome da empresa, sede social no Paraná e a alienação do ativo de distribuição.
3. **Garantia do Serviço Público:** A regulação e fiscalização continuam a cargo do Estado via ANEEL e AGEPAR, assegurando que o interesse público de continuidade e qualidade do serviço seja preservado.

Síntese do Cenário Atual da Copel

A transformação da Copel reflete a tendência do setor elétrico brasileiro de buscar eficiência operacional por meio da pulverização do capital, aproximando-se do modelo adotado pela Eletrobras.

Se por um lado a companhia ampliou sua capacidade financeira para investir pesadamente no fortalecimento e automação da rede paranaense, por outro, a gestão privada do ativo permanece sob o escrutínio de órgãos de controle e da sociedade civil quanto à manutenção da qualidade do atendimento e à modicidade das tarifas ao longo dos próximos ciclos regulatórios.

Comparativo de Desestatização: Copel vs. Eletrobras

As privatizações da **Eletrobras (2022)** e da **Copel (2023)** representam os dois casos emblemáticos de transformação de estatais do setor elétrico brasileiro em **sociedades corporativas de capital pulverizado** (*corporations* sem acionista controlador definido).

Embora ambas tenham utilizado a emissão primária e secundária de ações (*follow-on*) na Bolsa de Valores (B3) para diluir a participação estatal abaixo dos 50% das ações com direito a voto, os arcabouços jurídicos e os mecanismos de governança foram desenhados com nuances operacionais e regulatórias distintas.

1. O Mecanismo do *Poison Pill* e Limitação de Voto

Ambas as empresas adotaram mecanismos de proteção estatutária para evitar que um único investidor, fundo ou concorrente assuma o controle total da companhia após a diluição da união ou do estado.

Mecanismo de Limitação do Poder de Voto

[Acionista A: possui 25% do capital social com direito a voto]

- |
- ├── No modelo da Eletrobras —> Voto limitado estritamente a 10%
- └── No modelo da Copel —> Voto limitado estritamente a 10%

Objetivo: Garantir a pulverização do controle (True Corporation)

Eletrobras

- **Teto de Voto (*Voting Cap*):** A Lei Federal nº 14.182/2021 estabeleceu que nenhum acionista ou grupo de acionistas pode exercer direito de voto em percentual superior a **10% do número total de ações** em que se dividir o capital votante da Eletrobras, independentemente da quantidade de ações que possua.
- **Cláusula de Proteção (*Poison Pill*):** Ficou determinado que qualquer investidor que ultrapassar limites específicos de participação acionária (por exemplo, 30%

ou 50%) e não reverter essa posição é obrigado a realizar uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) de ações por um valor significativamente superior ao valor de mercado (com prêmio de no mínimo 100%), desestimulando tentativas de tomada de controle fechado (*hostile takeover*).

Copel

- **Teto de Voto (*Voting Cap*):** A Lei Estadual do Paraná nº 21.272/2022 e a reforma do estatuto social da empresa espelharam a trava da Eletrobras, estipulando que nenhum acionista (público ou privado) ou grupo de acionistas exercerá votos em número superior a **10% da quantidade total de ações** com direito a voto.
- **Dispositivo de Proteção de Sede:** Além das travas financeiras de OPA para tentativas de consolidação de bloco de controle, o estatuto da Copel vinculou a limitação de voto ao compromisso de manutenção da sede social e das diretrizes operacionais no Estado do Paraná.

2. As *Golden Shares* e o Papel do Estado

A ação de classe especial (*Golden Share*) foi o instrumento central utilizado pelos governos federal e estadual para manter poder de veto sobre matérias estratégicas, compensando a perda do controle acionário direto.

Atribuições das Golden Shares (Poder de Veto)

[União / Governo do Paraná]

- |
 - Eletrobras: Veto em mudanças estatutárias sobre teto de voto (10%) e alteração de regras do Poison Pill.
 - |
 - Copel: Veto em mudanças estatutárias sobre teto de voto (10%), mudança da denominação social, transferência da sede no PR e desinvestimento do ativo de Distribuição (Copel DIS).
-

Eletrobras (União)

- **Escopo de Veto:** A *Golden Share* mantida pela União concede poder de veto em deliberações sociais relativas à alteração do teto do direito de voto (10%) e à modificação das regras de OPA impostas pelo *poison pill*.
- **Perfil do Veto:** Trata-se de uma *Golden Share* focada em **preservar o modelo corporativo** e evitar a concentração acionária, sem interferência direta nas decisões de negócios cotidianas, plano de negócios (*business plan*) ou escolha de executivos.

Copel (Estado do Paraná)

- **Escopo de Veto Ampliado:** A *Golden Share* retida pelo Governo do Estado do Paraná possui atribuições mais territorializadas e operacionais do que a da Eletrobras. Ela outorga veto em:
 1. Alteração do teto de voto de 10%;
 2. Mudança do nome social da companhia (*Copel*);
 3. Transferência da sede administrativa para fora do Estado do Paraná;
 4. Desinvestimento ou privatização da subsidiária de distribuição (**Copel Distribuição**), garantindo a permanência da concessão de serviços sob a estrutura da empresa no estado.

3. Composição dos Conselhos e Governança Corporativa

Eletrobras

- **Assentos no Conselho:** Após a privatização, a União perdeu o direito de indicar a maioria dos membros do Conselho de Administração. O Conselho passou a ser eleito por voto de chapas ou voto múltiplo pelos acionistas privados, respeitado o limite de 10% por bloco.
- **Comitês Especializados:** Criação de comitês independentes de auditoria, riscos e de gestão de usinas hidrelétricas para gerenciar a descotização da energia e obrigações de aportes na Bacia do São Francisco e região Norte.

Copel

- **Presença do Estado no Conselho:** O Estado do Paraná, mantendo cerca de 10% das ações com direito a voto, garantiu representação proporcional e o direito de indicar membros ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal via eleição geral de acionistas.
- **Certificação no Novo Mercado:** A transição reforçou o enquadramento da Copel no segmento mais alto de governança da B3 (Novo Mercado), impondo exigências de independência para mais de 50% do Conselho de Administração e políticas rígidas de transações com partes relacionadas (especialmente com o governo estadual).

4. Tabela Comparativa de Estrutura: Eletrobras vs. Copel

Eixo de Governança	Eletrobras	Copel
Esfera de Origem	Federal (União)	Estadual (Governo do Paraná)
Legislação Autorizativa	Lei Federal nº 14.182/2021	Lei Estadual (PR) nº 21.272/2022
Teto do Poder de Voto	10% para qualquer acionista	10% para qualquer acionista
Titular da Golden Share	União Federal	Governo do Estado do Paraná
Veto da Golden Share	Limite de voto (10%) e regras da OPA	Limite de voto, sede no PR, nome e alienação da Copel DIS
Nível de Listagem	B3, NYSE e Latibex	Novo Mercado da B3 e NYSE
Compromissos Sociais/Regionais	Aportes nas bacias do São Francisco e Norte	Programas de automação e modicidade tarifária local

Síntese das Diferenças Estratégicas

Enquanto o modelo da **Eletrobras** foi concebido com foco na desalavancagem do Estado federal e na criação de um gigante energético multinacional focado em geração e transmissão, o modelo da **Copel** foi desenhado com travas estatutárias de forte caráter regional. A *Golden Share* do Paraná atua como uma âncora de desenvolvimento local, assegurando que, mesmo sob controle pulverizado privado, a empresa mantenha sua sede, sua marca e o compromisso operacional com a infraestrutura do estado.

Esta tabela comparativa reúne os principais indicadores econômicos, educacionais e de segurança pública entre Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Os dados sintetizam as apurações mais recentes consolidadas por órgãos oficiais (IBGE, IPARDES, INEP/MEC) e instituições de pesquisa (Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Secretarias Estaduais).

Tabela Comparativa de Indicadores Regionais

Indicador	Paraná (PR)	Santa Catarina (SC)	Rio Grande do Sul (RS)	São Paulo (SP)	Fonte Oficial
PIB Nominal (R\$)	~R\$ 765 – 800 bilhões	~R\$ 510 – 540 bilhões	~R\$ 680 – 710 bilhões	~R\$ 3,1 – 3,4 trilhões	IBGE / Órgãos Estaduais
Participação no PIB Nacional	6,1% – 6,5%	~4,5%	~5,8% – 6,0%	~30,5% – 31,5%	IBGE
Posição no Ranking do PIB	4ª posição	6ª posição	5ª posição	1ª posição	IBGE
Capacidade de Pagamento (Capag)	A+	A+	Capag B / C	A+	Tesouro Nacional (STN)

Grupo Ondas Médias Comunicação - Matinhos – PR

Indicador	Paraná (PR)	Santa Catarina (SC)	Rio Grande do Sul (RS)	São Paulo (SP)	Fonte Oficial
IDEB - Ensino Médio (Rede Pública)	5,1 (1º lugar nacional)	4,2	4,0	4,8	INEP / MEC
IDEB - Fund. Anos Finais (Pública)	5,8 - 5,9 (Líder nacional)	5,3	4,9	5,5	INEP / MEC
IDEB - Fund. Anos Iniciais (Pública)	6,9 (Líder nacional)	6,5	6,0	6,6	INEP / MEC
Taxa de MVI (por 100 mil hab.)	~15,5	8,5 (Menor do país)	~13,8	~8,9	FBSP / SESP-PR
Taxa de Homicídios Dolosos	~9,9 – 10,2	~6,8	~11,2	~6,5 – 7,0	FBSP / Secretarias Estaduais
Foco Estrutural de Segurança	Monitoramento e inteligência integrada	Menores índices de violência urbana	Reorganização pós-eventos climáticos	Sistema Muralha Paulista / DPOI	

Destaques e Matrizes de Desempenho

1. Economia e Finanças Públicas

- **São Paulo** mantém a liderança absoluta em volume econômico, representando cerca de um terço de toda a riqueza gerada no Brasil.
- **Paraná** consolidou a conversão para a 4ª maior economia do país, superando o Rio Grande do Sul ao longo da última década, impulsionado pelo forte desempenho do agronegócio exportador e investimentos industriais.

- **Capacidade Fiscal (Capag A+):** Paraná, Santa Catarina e São Paulo figuram na faixa máxima de solvência e saúde fiscal concedida pelo Tesouro Nacional, o que garante acesso garantido a financiamentos internacionais e investimentos com recursos próprios. O Rio Grande do Sul enfrenta restrições mais severas em virtude do endividamento histórico e do impacto financeiro de catástrofes climáticas recentes.

2. Educação Básica (IDEB)

- **Paraná** lidera de forma isolada todos os níveis de ensino da rede pública no Brasil (Iniciais, Finais e Ensino Médio), sendo o único estado do país a ultrapassar a marca de 5,0 no Ensino Médio.
- **São Paulo** sustenta a segunda melhor posição entre os estados comparados no Ensino Médio (4,8), com forte presença da rede técnica (ETECs).
- **Santa Catarina e Rio Grande do Sul** apresentam bom desempenho nos Anos Iniciais, mas enfrentam desafios de retenção e fluxo no Ensino Médio.

3. Segurança Pública

- **Santa Catarina e São Paulo** apresentam as menores taxas de homicídios dolosos e Mortes Violentas Intencionais (MVI) do Brasil, com indicadores próximos a 8–9 por 100 mil habitantes (patamares comparáveis a países desenvolvidos).
- **Paraná** registrou queda expressiva e contínua de criminalidade violenta nos últimos anos, reduzindo sua taxa de MVI de mais de 21 por 100 mil habitantes em 2018 para cerca de 15,5 atualmente.

A ação de classe especial com direitos preferenciais — popularmente conhecida como **Golden Share** (ou "Ação de Ouro") — foi o instrumento jurídico e regulatório central utilizado pelo Governo do Estado do Paraná para viabilizar a transformação da **Copel (Companhia Paranaense de Energia)** em uma corporação de capital pulverizado (*corporation*).

Ao aprovar a Lei Estadual nº 21.272/2022 e concretizar a oferta pública de ações na Bolsa de Valores (B3) em agosto de 2023, o Estado do Paraná reduziu sua participação direta com direito a voto de **31,1% para cerca de 10%**. Contudo, o governo manteve em sua posse **uma única ação de classe especial**, de propriedade

exclusiva do Estado, que concede **poder de veto permanente** sobre deliberações estratégicas específicas da empresa.

1. Como Funciona a Golden Share na Prática?

A *Golden Share* funciona como uma trava de governança corporativa que opera **independentemente do percentual de ações** que o Estado possua no capital social da companhia.

Mesmo que o Estado reduza ainda mais sua participação acionária no futuro ou deixe de ser o maior acionista individual da Copel, **o poder de veto sobre os temas protegidos permanece 100% ativo e inalterado.**

Estrutura da Golden Share do Paraná na Copel

[Capital Social Pulverizado na B3 (~90% de Ações Ordinárias / Preferenciais)]

- |
 - └─ Ação de Classe Especial (1 única ação detida pelo Estado do Paraná)
 - |
 - └─ Funcionalidade: Poder de Veto Unilateral
 - └─ Aplicação: Matérias Estratégicas e Cláusulas Pétreas do Estatuto

As deliberações sujeitas à aprovação do titular da *Golden Share* exigem o **voto favorável explícito do Estado do Paraná**. Se o governo votar contra uma proposta em Assembleia Geral de Acionistas, a matéria é **automaticamente rejeitada**, não importando o voto da maioria dos demais acionistas privados.

2. Quais Poderes de Veto a Golden Share Garante?

Nos termos do artigo 3º da Lei Estadual nº 21.272/2022 e do Estatuto Social reformulado da Copel, a *Golden Share* outorga ao Governo do Estado do Paraná o direito exclusivo de vetar **quatro matérias estratégicas fundamentais**:

Os 4 Direitos de Veto Garantidos pela Golden Share

-
1. Mudança da Denominação Social (Manutenção da Marca "Copel")
 2. Transferência da Sede Social para Fora do Estado do Paraná
 3. Alienação ou Desinvestimento da Copel Distribuição (Copel DIS)
 4. Alteração ou Remoção do Teto de Voto de 10% (Poison Pill / Voting Cap)
-

1. Alteração da Denominação Social

- **O que impede:** Veta qualquer tentativa de mudar o nome fantasiado ou a razão social da empresa.
- **Objetivo:** Preservar o valor intangível da marca "Copel" e sua identidade histórica vinculada ao Estado do Paraná.

2. Transferência do Sede Administrativa

- **O que impede:** Impede a mudança do centro de comando e da sede social da Copel para fora do território paranaense (por exemplo, transferência de executivos e central administrativa para São Paulo ou Rio de Janeiro).
- **Objetivo:** Assegurar que a geração de empregos qualificados, a tomada de decisões corporativas e o recolhimento de impostos locais permaneçam sediados em Curitiba e no interior do estado.

3. Alienação ou Desinvestimento da Copel Distribuição (Copel DIS)

- **O que impede:** Veta a venda, fisionamento, privatização isolada ou transferência do controle da **Copel Distribuição S.A.** (a subsidiária responsável pela entrega física de energia elétrica aos consumidores residenciais, comerciais e industriais em 394 dos 399 municípios do Paraná).
- **Objetivo:** Proteger o ativo mais sensível ao cidadão paranaense. Mesmo que a holding participe de investimentos em outros estados no setor de geração ou transmissão, a concessionária de distribuição local não pode ser fatiada ou vendida pelo controle privado.

4. Remoção ou Alteração da Trava de Limitação de Voto (Teto de 10%)

- **O que impede:** Impede a modificação do dispositivo estatutário que limita o poder de voto de qualquer acionista ou grupo de acionistas a **no máximo 10% do capital votante** (*voting cap*).
- **Objetivo:** Garantir que a Copel continue sendo perpetuamente uma *corporation* de controle pulverizado. Sem a remoção dessa limitação, nenhum fundo de investimento, conglomerado estrangeiro ou concorrente do setor elétrico pode realizar um *hostile takeover* (tomada de controle hostil) para se tornar o "dono" absoluto da empresa.

3. O que a Golden Share NÃO Pode Vetar?

É fundamental compreender as limitações do instrumento para avaliar seu alcance real na gestão da empresa privatizada:

- **Gestão Operacional e Comercial:** O Estado do Paraná **não pode vetar** decisões sobre política de dividendos, plano anual de investimentos (CapEx), contratação ou demissão de executivos, reestruturação interna de quadro de pessoal ou participação em leilões de energia.
- **Política Tarifária:** O Estado **não possui poder de intervenção nas tarifas**. O reajuste e a revisão tarifária da Copel DIS continuam sendo apurados e homologados exclusivamente pela **ANEEL** (Agência Nacional de Energia Elétrica), segundo as regras dos contratos de concessão federais.

Tabela Resumo: Escopo da Golden Share do Paraná

Matéria Estratégica	Poder da Golden Share	Justificativa do Governo
Troca de Nome (Copel)	VETO TOTAL	Proteção patrimonial e reputacional da marca
Mudança da Sede (Sair do PR)	VETO TOTAL	Manutenção de empregos, impostos e decisões no PR
Venda da Copel Distribuição	VETO TOTAL	Garantia da continuidade da concessão pública de energia
Quebra do Teto de 10% de Voto	VETO TOTAL	Impedir o surgimento de um acionista controlador privado único
Definição de Dividendos/Investimentos	<i>Sem Poder de Veto</i>	Matéria de competência privada do Conselho de Administração
Reajuste de Tarifas de Energia	<i>Sem Poder de Veto</i>	Competência regulatória federal exclusiva da ANEEL

Análise Crítica do Instrumento

A instituição da *Golden Share* permitiu ao Governo do Paraná construir uma narrativa de "**privatização segura**", argumentando que o Estado manteve a soberania sobre os pilares estratégicos da empresa sem precisar arcar com o custo financeiro do controle societário majoritário.

Por outro lado, críticos da desestatização e entidades do setor elétrico apontam que a *Golden Share* protege aspectos formais e territoriais (nome, sede e manutenção do bloco da distribuição), mas **não protege o consumidor contra a perda de controle sobre decisões operacionais do dia a dia**, como o ritmo de investimentos no interior do estado e os planos de demissão voluntária efetuados após a saída do Estado do controle majoritário.

Comparativo de Atração de Investimentos: Paraná vs. Santa Catarina

Paraná e Santa Catarina protagonizam uma das disputas mais acirradas e eficientes por atração de investimentos privados no Brasil. Ambas as gestões apostam na previsibilidade jurídica, infraestrutura logística e programas estaduais de incentivos fiscais estruturados para atrair hubs industriais, centros de distribuição, agroindústria de ponta e empresas do setor de tecnologia.

Enquanto o **Paraná** foca na consolidação da agroindústria de alto valor agregado e na atração de grandes plantas fabris e automotivas através da reestruturação do Programa Paraná Competitivo, **Santa Catarina** destaca-se pelo forte apelo do setor de comércio exterior (com alíquotas reduzidas na importação) e pela descentralização de polos regionais de tecnologia e metalmeccânica.

1. Arquitetura dos Programas Estaduais de Incentivo

Paraná: O Programa Paraná Competitivo

Gerido pela Agência de Fomento e pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA-PR), o **Paraná Competitivo** é a principal ferramenta do governo paranaense para captação de investimentos.

- **Diferimento e Parcelamento do ICMS:** Possibilita o diferimento do ICMS na aquisição interna de energia elétrica, gás natural e bens destinados ao ativo imobilizado, além de prazos dilatados de pagamento do imposto incremental gerado pelo novo projeto.
- **Projetos Prioritários e Verdes:** Empreendimentos com foco em inovação, sustentabilidade (ESG) e aqueles instalados em municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) recebem margens adicionais de diferimento de até 90%.
- **Infraestrutura e Apoio Técnico:** Além dos benefícios fiscais, o programa integra a Copel, Sanepar e o Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR)

para fornecer obras de infraestrutura de acesso (água, energia, acessos viários) como parte do pacote de atração.

Santa Catarina: Prodec e Pró-Emprego

A estratégia catarinense combina o **PRODEC** (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) e os Tratamentos Tributários Diferenciados (**TTDs**), administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF-SC).

- **PRODEC (Prazos e Carência):** Funciona como um financiamento do próprio ICMS gerado pelo projeto, permitindo postergar o pagamento de até 75% do imposto incremental por prazos de até 15 a 25 anos, com juros subsidiados ou atualizações reduzidas.
- **Forte Foco em Comércio Exterior (TTD 409 e correlatos):** Santa Catarina desenhou um dos regimes de importação mais agressivos do país. O benefício do diferimento no desembarque de mercadorias pelos portos catarinenses (Itajaí, Navegantes, Imbituba, Itapoá) reduz a carga efetiva de ICMS na entrada para até 1% ou 2,6%, atraindo gigantes da tecnologia, e-commerce e bens de consumo para sediarem seus Centros de Distribuição (CDs) no estado.
- **Pró-Emprego:** Focado no apoio ao investimento direto em capital fixo e ampliação do parque fabril existente.

2. Foco Setorial e Perfil das Empresas Atraídas

Matriz do Perfil de Atração de Investimentos

[PARANÁ]

- └─ Agroindústria e Cooperativismo (Proteínas, Soja, Celulose)
- └─ Indústria Automotiva e de Mobilidade
- └─ Infraestrutura Logística e Hubs de Exportação (Porto de Paranaguá)

[SANTA CATARINA]

- └─ Hubs de Importação / E-commerce (Uso intensivo de Portos)
 - └─ Metalmeccânico, Têxtil e Cerâmico
 - └─ Polos de Inovação e Empresas de Tecnologia (Florianópolis / Joinville)
-

Paraná

- **Grande Agroindústria e Cooperativas:** Forte direcionamento de incentivos para investimentos maciços de gigantes cooperativos (C.Vale, Coamo, Lar, Frimesa) e multinacionais do setor de papel e celulose (Klabin).
- **Complexo Automotivo:** Atração e expansão constante de montadoras e sistemistas (Renault, Volkswagen, Volvo), aproveitando a proximidade com a Região Metropolitana de Curitiba e os corredores de exportação.

Santa Catarina

- **Centros de Distribuição de Importados:** O estado tornou-se o principal hub de e-commerce e importadores do Sul e Sudeste, rivalizando diretamente com os incentivos de Espírito Santo e Minas Gerais.
- **Diversificação do Parque Fabril:** Foco em manter o dinamismo dos polos regionais consolidados (Têxtil no Vale do Itajaí, Metalmecânico em Joinville, Cerâmico no Sul e Agroindustrial no Oeste).

3. Tabela Comparativa de Incentivos Fiscais e Atração

Parâmetro de Comparação	Paraná (PR)	Santa Catarina (SC)
Programa Central	Paraná Competitivo	PRODEC / Pró-Emprego
Mecanismo de ICMS	Diferimento do imposto incremental, bens de capital e energia	Postergação/financiamento de até 75% do ICMS incremental
Atração via Importação	Diferimento portuário pelo Porto de Paranaguá	TTDs de Comércio Exterior (Carga efetiva de 1% a 2,6%)
Contrapartidas Exigidas	Geração de empregos, valor do investimento e IDH local	Geração de empregos, faturamento incremental e valor do projeto
Fator	Malha ferroviária ampla, Porto	Complexo portuário privado e

Grupo Ondas Médias Comunicação - Matinhos – PR

Parâmetro de Comparação	Paraná (PR)	Santa Catarina (SC)
Competitivo Logístico	de Paranaguá e entroncamento do Mercosul	público diversificado (5 portos)
Apoio Estatal Direto	Integração com concessionárias públicas para obras de infraestrutura	Desburocratização de regimes especiais tributários via SEF-SC

4. O Impacto da Reforma Tributária (IBS/CBS) na Disputa

Com a implementação progressiva da Reforma Tributária sobre o Consumo (EC 132/2023) e a transição para o princípio do **destino** (onde o imposto fica com o estado onde o bem é consumido), a guerra fiscal baseada em isenções de ICMS tem um limite contratual fixado (extinção até 2032).

- **Transição do Paraná:** O estado vem redirecionando sua estratégia de atração para **fatores estruturais não tributários**: competitividade da tarifa de energia elétrica, disponibilidade de recursos hídricos, logística multimodal (novos leilões do Anel de Integração e ampliação de Paranaguá) e mão de obra qualificada via rede de ensino técnico.
- **Transição de Santa Catarina:** O foco do planejamento estadual migra para o fortalecimento da **eficiência aduaneira e agilidade logística** nos portos, além do fomento ao ecossistema de inovação para manter a atratividade das empresas para além dos benefícios diretos do ICMS de importação.

A aprovação e a regulamentação da Reforma Tributária do Consumo

A aprovação e a regulamentação da Reforma Tributária do Consumo (Emenda Constitucional nº 132/2023) marcam o fim estrutural da chamada "guerra fiscal" entre os estados brasileiros. A substituição do ICMS (estadual) e do ISS (municipal) pelo **IBS** (Imposto sobre Bens e Serviços - subnacional) e da PIS/Cofins pela **CBS** (Contribuição sobre Bens e Serviços - federal) reconfigura profundamente as estratégias de atração de investimentos privados adotadas por estados como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

1. O Fim da Guerra Fiscal: Mudança para o Princípio do Destino

A guerra fiscal praticada nas últimas décadas baseava-se na concessão de isenções, reduções de base de cálculo, dilação de prazos de pagamento e Tratamentos Tributários Diferenciados (TTDs) sobre o ICMS no **estado de origem** (onde a mercadoria é produzida ou desembarcada).

Como a Reforma Altera essa Lógica:

1. **Tributação no Destino:** Com a transição completa para o modelo IVA dual (IBS/CBS), a arrecadação do imposto pertencerá integralmente ao estado onde o bem ou serviço é **consumido** (destino final), e não mais de onde ele sai (origem).
2. **Vedação de Benefícios Unilaterais:** Os estados perdem a autonomia para conceder isenções, benefícios fiscais ou alíquotas diferenciadas de IBS de forma individualizada para atrair empresas. A alíquota do IBS será uniforme em cada ente, ressalvadas apenas as exceções nacionais previstas na Lei Complementar.
3. **Não Cumulatividade Plena:** O tributo pago na etapa anterior gerará crédito integral e imediato para a empresa compradora, anulando o efeito de "créditos

presumidos" que antes serviam como moeda de troca entre governos estaduais e indústrias.

2. A Cronologia de Transição dos Incentivos Existentes

Para garantir segurança jurídica aos investimentos já realizados sob o amparo de incentivos estaduais (como o *Paraná Competitivo* no PR e o *PRODEC/TTD* em SC), a Reforma Tributária estabeleceu uma regra de transição gradual até a extinção definitiva dos benefícios.

Cronograma de Extinção dos Benefícios Fiscais de ICMS (Art. 156 da EC 132)

[2024–2028] Manutenção das regras atuais de incentivos aprovadas pelo CONFAZ

|

[2029] Redução de 10% no valor dos benefícios fiscais vigentes

|

[2030] Redução de 20%

|

[2031] Redução de 50%

|

[2032] Redução de 80%

|

[2033] EXTINÇÃO TOTAL dos incentivos fiscais estaduais de ICMS / Início do IBS Pleno

O Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais

Para indenizar as empresas que realizaram investimentos com base em incentivos validados pelo CONFAZ e que serão descontinuados antecipadamente durante a transição (2029–2032), a União aportará recursos em um fundo específico de compensação, reduzindo o risco de contencioso judicial contra os estados.

3. Impacto Específico na Estratégia dos Estados do Sul

A eliminação dos incentivos de ICMS atinge a dinâmica competitiva de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul de formas distintas:

Santa Catarina: Desafio no Comércio Exterior (TTDs)

Santa Catarina consolidou-se como um dos maiores hubs de e-commerce e importação do país graças aos Tratamentos Tributários Diferenciados (TTD 409 e correlatos), que reduziam a carga efetiva de ICMS na entrada de mercadorias importadas pelos seus portos para até 1%.

- **O Impacto:** Com o tributo cobrado integralmente no destino final da mercadoria e o fim do diferimento do ICMS de origem, o benefício fiscal perde a eficácia como atrativo para a instalação de Centros de Distribuição (CDs) apenas para fins tributários.
- **A Reação:** O estado precisará compensar a perda tributária apostando na agilidade aduaneira, infraestrutura privada dos portos (Itajaí, Navegantes, Itapoá) e eficiência logística.

Paraná: Transição da Agroindústria e Complexo Automotivo

O Paraná utilizou intensamente o programa *Paraná Competitivo* para oferecer diferimento de ICMS na aquisição de energia elétrica, gás natural e bens de capital para grandes plantas industriais e cooperativas.

- **O Impacto:** A indústria paranaense não poderá mais contar com o diferimento estatual de imposto como compensação para custos operacionais ou de transporte.
- **A Reação:** O Paraná passa a depender do seu mercado consumidor interno (4ª maior economia do país), da abundância de matéria-prima agrícola no interior e da matriz energética integrada para manter o ritmo industrial.

Rio Grande do Sul: Foco na Reestruturação Logística

Com margem fiscal historicamente mais apertada para concessão de grandes incentivos de ICMS em comparação a SC e PR, o RS já enfrentava desvantagem na guerra fiscal direta.

- **O Impacto:** O fim da guerra fiscal neutraliza a vantagem de incentivos agressivos dos vizinhos de região, igualando as regras de tributação sobre o consumo.
- **A Reação:** A competitividade gaúcha passará a depender exclusivamente da reconstrução e modernização de sua infraestrutura logística e do fortalecimento do ecossistema de inovação e universidades.

4. Os Novos Vetores de Competitividade (Pós-Guerra Fiscal)

Sem a prerrogativa de conceder isenções tributárias, a atração de novos investimentos pelos governos estaduais do Sul migrará do modelo de **incentivo fiscal** para o modelo de **eficiência estrutural**:

Nova Matriz de Atração de Investimentos (Pós-Reforma)

Antiga Matriz (Guerra Fiscal)	—>	Nova Matriz (Fatores Reais)
1. Isenções e Diferimento de ICMS	—>	1. Logística e Custo de Transporte
2. Financiamento do Imposto	—>	2. Custo e Estabilidade da Energia
3. TTDs de Importação Portuária	—>	3. Mão de Obra Qualificada / Ensino
4. Créditos Presumidos	—>	4. Fundo de Desenvolvimento Regional

1. **Infraestrutura Logística:** A velocidade e o custo do escoamento (portos, ferrovias e rodovias concedidas, como os leilões do Anel de Integração do PR) serão o divisor de águas na escolha das empresas.
2. **Custo da Energia e Sustentabilidade:** A disponibilidade de energia limpa (eólica, solar, biomassa e hidrelétrica) e a estabilidade das redes de distribuição da Copel e Celesc tornarão os estados atraentes para empresas com metas globais de descarbonização (ESG).
3. **O Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR):** Criado pela Reforma e aportado pela União para financiar investimentos produtivos no interior dos estados, o FDR será a única ferramenta pública de fomento financeiro direto permitida. Os estados do Sul precisarão disputar esses recursos para financiar obras e distritos industriais no interior.

4. **Qualificação Profissional:** Redes públicas de ensino de excelência (como a liderança do Paraná no IDEB) e polos universitários fortes (como os ecossistemas de tecnologia de Santa Catarina e Rio Grande do Sul) tornam-se o principal ativo para atrair indústrias de alto valor agregado.

A ascensão da rede estadual de ensino do Paraná à liderança isolada do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Brasil — atingindo a nota **5,1 no Ensino Médio** e **5,8/5,9 nos Anos Finais do Ensino Fundamental** — resultou de uma profunda reformulação estrutural implementada a partir de 2019 pela Secretaria de Estado da Educação (SEED-PR).

A estratégia paranaense combinou o uso intensivo de **tecnologia para monitoramento em tempo real, gestão orientada por metas, centralização da recomposição de aprendizagem e inovação nos modelos operacionais e de apoio pedagógico**.

Abaixo estão detalhados os pilares pedagógicos e de gestão que sustentam esses resultados.

1. Gestão Orientada por Dados e Monitoramento em Tempo Real

A pedra angular do modelo paranaense foi o combate à evasão e ao abandono escolar por meio do controle contínuo do fluxo de alunos e da frequência.

- **Aplicativo Eduscolar e Frequência Diária:** Os professores registram a chamada de forma digital em cada aula. Caso o aluno falte por dois dias consecutivos sem justificativa, o sistema emite um alerta automático para a equipe diretiva do colégio.
- **Programa *Presente na Escola*:** O programa automatizou a busca ativa. Se a ausência persistir, aciona-se o Conselho Tutelar e a rede de proteção da infância através do sistema *SERP* (Sistema de Acompanhamento do Abandono Escolar). Essa política reduziu drasticamente o abandono no Ensino Médio, fator decisivo no cálculo da taxa de aprovação que compõe a nota do IDEB.
- **Provas Diagnósticas Frequentes (*Prova Paraná*):** Aplicada trimestralmente para toda a rede pública, a *Prova Paraná* funciona como um termômetro

padronizado. Os resultados não são apenas cumulativos, mas geram relatórios imediatos disponibilizados aos diretores e professores em um painel (*dashboard*), identificando com precisão quais descritores (habilidades de matemática e língua portuguesa) não foram assimilados em cada turma.

2. Recomposição de Aprendizagem e Plataformização Pedagógica

Para mitigar as defasagens de aprendizagem e padronizar o nível de ensino em mais de 2.000 colégios estaduais, a SEED-PR introduziu um ecossistema de plataformas de aprendizagem integrada ao currículo:

Ecossistema de Plataformas Digitais da Rede Estadual (SEED-PR)

[Aluno em Sala / Casa]

- |
 - ├─ Inglês Paraná → Ensino adaptativo e focado em conversação/fluência
 - ├─ Matific → Gamificação para raciocínio lógico em Matemática
 - ├─ Redação Paraná → Correção automatizada por IA com devolutiva pedagógica
 - └─ Leia Paraná → Leitura digital e desenvolvimento de fluência leitora
-

- **Redação Paraná:** Ferramenta que utiliza Inteligência Artificial e apoio docente para correção de redações. Os alunos produzem textos semanalmente, recebendo devolutivas rápidas sobre estrutura gramatical e coesão, o que elevou o desempenho da rede nos testes de Linguagens.
- **Aulas de Reforço Direcionadas (*Programa A+*):** Com base nos dados da *Prova Paraná*, alunos com nível crítico de aprendizagem são enturmados no contraturno ou em blocos específicos para recomposição intensiva em Língua Portuguesa e Matemática.

3. Tutoria Pedagógica e Formação Continuada na Chão da Escola

Diferente dos modelos tradicionais de formação que retiravam os professores da sala de aula para seminários genéricos, o Paraná reestruturou o acompanhamento docente no próprio ambiente escolar:

- **Programa de Tutoria Pedagógica:** Cada equipe pedagógica do Núcleo Regional de Educação (NRE) acompanha um grupo fixo de diretores e

pedagogos escolares. O tutor visita periodicamente as escolas, assiste a aulas (com consentimento docente), analisa cadernos e ajuda a construir planos de ação pontuais para as dificuldades daquela comunidade.

- **Observação de Sala de Aula:** Os pedagogos das escolas foram capacitados para realizar observações alinhadas com os professores, focando no engajamento dos estudantes, gestão do tempo de aula e aplicação de metodologias ativas, com momentos estipulados de *feedback* construtivo.

4. Reformulação de Modelos de Gestão e Escolas Cívico-Militares

A gestão escolar sofreu alterações significativas no apoio operacional e na estrutura de liderança:

- **Escolas Cívico-Militares (CECM):** A expansão de mais de 200 unidades com gestão compartilhada transferiu a responsabilidade da disciplina, organização de pátio e apoio administrativo para policiais militares da reserva. A justificativa pedagógica foi liberar a equipe escolar (diretores e pedagogos) para se dedicarem **100% à gestão pedagógica e ao rendimento escolar**, o que se refletiu em ganhos de fluxo e nota.
- **Programa *Parceiro da Escola*:** Testado e expandido para gerenciar a infraestrutura, limpeza, segurança, manutenção e contratação de serviços de apoio através de empresas especializadas em gestão de facilidades. A meta do programa é desonerar o diretor escolar de burocracias financeiras e obras para focar o trabalho na liderança da aprendizagem.

5. Meritocracia, Metas e Bônus de Desempenho

O engajamento das equipes escolares foi atrelado a um sistema claro de metas e incentivos financeiros:

Fluxo da Gestão por Resultados e Metas

[SEED-PR define metas anuais de Frequência e Aprendizagem para o NRE]

|

[NRE desdobra as metas para cada Colégio Estadual]

|

[Acompanhamento semanal via BI (Business Intelligence)]

|

[Atingimento das metas —> Concessão do Bônus / Prêmio Gestão Escolar]

- **Prêmio Bônus Educacional:** Bonificação financeira paga a professores e funcionários de escolas que atingem as metas estipuladas de frequência dos alunos e desempenho nos exames estaduais e nacionais.
- **Cultura de Prestação de Contas (*Accountability*):** Reuniões periódicas de alinhamento de resultados entre os chefes dos 32 Núcleos Regionais de Educação e o Secretário de Estado, cobrando planos de ação imediatos para as unidades escolares que apresentam queda nos indicadores.

O Balanceamento do Modelo: Avanços e Críticas

Embora os dados numéricos do INEP/MEC comprovem a eficiência do Paraná na liderança do IDEB, a implementação deste modelo gerou debates contínuos na comunidade educacional:

- **Pontos Fortes:** Erradicação de gargalos de evasão escolar, padronização da qualidade do ensino no interior e na capital, agilidade na intervenção pedagógica e liderança nacional em proficiência de leitura e matemática.
- **Controvérsias e Arestas:** A oposição sindical (APP-Sindicato) e especialistas em educação criticam a "**plataformização**" **excessiva** (que pode gerar

sobrecarga de telas e rotina mecânica), o risco de afunilamento do currículo apenas para responder aos exames padronizados (*teaching to the test*) e a perda de autonomia pedagógica diante da centralização das metas do estado.

O modelo paranaense tornou-se, assim, uma das principais referências e cases de estudo em gestão pública educacional do país, demonstrando que o uso intensivo de dados aliado à busca ativa disciplinada é capaz de transformar rapidamente os indicadores educacionais de um estado.

As transformações implementadas na rede estadual de ensino do Paraná entre 2019 e 2026

As transformações implementadas na rede estadual de ensino do Paraná entre 2019 e 2026, embora comemoradas pelos indicadores numéricos do IDEB, tornaram-se objeto de intenso debate e contestação por parte do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (**APP-Sindicato**), de pesquisadores e de especialistas em políticas educacionais.

As críticas não questionam apenas a gestão operacional da Secretaria de Estado da Educação (SEED-PR), mas atacam a própria concepção ideológica de educação pública adotada, que priorizou métricas quantitativas, gestão empresarial e controle digital em detrimento da autonomia pedagógica.

Abaixo, detalham-se os principais pontos de crítica organizados em eixos temáticos.

1. O Fenômeno da "Plataformização" e o Adoecimento Docente

A introdução massiva de aplicativos e plataformas digitais (*Eduscolar, Redação Paraná, Inglês Paraná, Matific, Leia Paraná*) é apontada por educadores e sindicatos como uma substituição do trabalho pedagógico autônomo por um modelo robotizado e controlado de fora para dentro da sala de aula.

- **Perda da Autonomia Pedagógica:** Especialistas apontam que a obrigatoriedade de seguir os roteiros pré-formatados das plataformas reduz o professor à condição de mero aplicador de conteúdo terceirizado, tolhendo a capacidade de adaptar as aulas à realidade socioeconômica e cultural de cada comunidade escolar.
- **Cobrança Algorítmica e Metas de Acesso:** A APP-Sindicato denuncia a imposição de "metas de navegação" e tempo mínimo de uso diário das telas para professores e alunos. A rotina docente passou a ser monitorada por *dashboards* que medem quantos minutos os estudantes permaneceram nas

plataformas, gerando rankings internos e pressão constante da equipe gestora sobre o corpo docente.

- **Precarização e Adoecimento:** Pesquisadores de saúde do trabalho indicam que a "uberização" da rotina escolar, aliada ao controle de presença via aplicativo e à exposição excessiva a telas, provocou um aumento acentuado nos casos de *burnout*, ansiedade e afastamentos médicos entre os professores da rede.

2. A Crítica ao IDEB: "Teaching to the Test" e Manipulação do Fluxo

A liderança nacional conquistada pelo Paraná no IDEB é vista pela oposição e por educadores como um resultado inflado por estratégias de alinhamento estrito às provas padronizadas, e não necessariamente por uma melhoria estrutural e emancipadora do aprendizado.

A Crítica ao Mecanismo de Elevação Artificial do IDEB

[Foco Exclusivo nas Matérias da Prova Paraná (Português e Matemática)]

- |
 - Esvaziamento de disciplinas humanas (Filosofia, Sociologia, Artes)
 - Pressão por Aprovação / Busca Ativa Compulsória (Distorção da Taxa de Rendimento)
 - Treinamento Intensivo de Simulados ("Teaching to the Test")
-

- **Estreitamento Curricular:** Para alcançar notas elevadas na *Prova Paraná* e no *SAEB*, o sistema educacional priorizou de forma desproporcional as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Disciplinas humanas e de formação crítica — como Sociologia, Filosofia, História e Artes — sofreram redução de carga horária e esvaziamento do debate reflexivo.
- **Treinamento de Exames (*Teaching to the Test*):** O processo de ensino passou a ser moldado no formato das questões de múltipla escolha dos exames oficiais. Críticos argumentam que os alunos aprendem a resolver a estrutura da prova, mas apresentam dificuldades severas em pensamento crítico, escrita autoral complexa e resolução de problemas do mundo real.

- **Mascaramento dos Indicadores pelo Fluxo:** A política de busca ativa rigorosa (*Presente na Escola*), embora reduza os índices nominais de abandono, é apontada como um instrumento de pressão por aprovação compulsória. A APP-Sindicato argumenta que a redução artificial das retenções eleva a taxa de rendimento (o segundo fator que compõe a nota do IDEB) sem que haja a efetiva consolidação dos conhecimentos mínimos do ciclo escolar pelo aluno.

3. Terceirização da Gestão Escolar: O Programa *Parceiro da Escola*

A aprovação do programa *Parceiro da Escola*, que permitiu a transferência da gestão administrativa, financeira e de serviços de apoio de dezenas de colégios estaduais para empresas privadas, é vista por especialistas como o passo mais radical em direção à mercantilização da educação pública no país.

- **Transferência de Recursos Públicos ao Setor Privado:** A APP-Sindicato e órgãos de fiscalização argumentam que a destinação de verbas estaduais a empresas geradoras privatiza o fundo público, transformando um direito constitucional em uma atividade geradora de lucro e dividendos empresariais.
- **Precarização dos Funcionários da Educação:** A contratação de profissionais da limpeza, merenda, inspetoria e administrativo sob o regime da CLT pelas empresas parceiras enfraqueceu a carreira dos funcionários públicos de escola (Agentes Educacionais I e II), criando um ambiente de rotatividade alta, salários menores e menor estabilidade nas unidades escolares.
- **Inconstitucionalidade e Violação da Gestão Democrática:** Entidades de direitos humanos e juristas apontam que a ingerência privada na infraestrutura escolar fere o princípio constitucional da **gestão democrática do ensino público** (Art. 206, VI, da Constituição Federal), enfraquecendo a participação dos Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis nas decisões diárias.

4. Escolas Cívico-Militares e Militarização da Juventude

A conversão de mais de 200 colégios estaduais para o modelo Cívico-Militar (CECM) gerou contestações jurídicas e pedagógicas contínuas:

- **Incompatibilidade Pedagógica:** Especialistas em educação argumentam que a aplicação de regulamentos de conduta militar, exigências estéticas padronizadas (cortes de cabelo, postura) e lógica de punição disciplinar violam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e constroem a diversidade de expressão da juventude.
- **Inocuidade nos Indicadores Reais:** Estudos comparativos indicam que os ganhos de notas apresentados pelas escolas cívico-militares derivam principalmente da triagem indireta (evasão de alunos com histórico disciplinar complexo para outras escolas da rede) e do aporte financeiro adicional concedido a essas unidades, e não da presença dos militares em si.
- **Custos com Pessoal Militar:** A remuneração de policiais militares da reserva para atuarem na gestão de pátio e disciplina criou uma disparidade salarial e orçamentária em relação aos investimentos alocados no quadro de apoio pedagógico e na valorização dos professores concursados.

5. Tabela Resumo: O Aumento de Indicadores vs. A Visão das Críticas

Dimensão da Política	Discurso Oficial / Gestão SEED-PR	Visão da APP-Sindicato e Especialistas
Plataformas Digitais	Inovação tecnológica, agilidade e recomposição contínua	"Plataformização", perda de autonomia docente e surto de <i>burnout</i>

Grupo Ondas Médias Comunicação - Matinhos – PR

Dimensão da Política	Discurso Oficial / Gestão SEED-PR	Visão da APP-Sindicato e Especialistas
IDEB e Prova Paraná	Paraná em 1º lugar nacional no ensino público	<i>Teaching to the test</i> , afunilamento curricular e aprovação compulsória
Parceiro da Escola	Desoneração do diretor e eficiência na manutenção física	Privatização do fundo público e fim da gestão democrática
Escolas Cívico-Militares	Segurança nas escolas e resgate da disciplina/respeito	Higienização social, militarização do espaço e agressão à diversidade
Frequência (Eduscolar)	Erradicação do abandono e garantia do direito à educação	Pressão algorítmica e assédio moral sobre a comunidade escolar

Síntese do Debate

As críticas da APP-Sindicato e de pesquisadores da área de educação explicitam o conflito entre **dois modelos educacionais antagônicos**: de um lado, a visão *managerialista* e liberal da SEED-PR, centrada em eficiência, controle digital, parceria com a iniciativa privada e metas quantitativas imediatas; de outro, a visão humanista e emancipatória defendida pelos sindicatos e acadêmicos, que preconiza a autonomia pedagógica, a valorização das carreiras públicas, a gestão democrática participativa e a formação crítica do indivíduo além dos testes padronizados.

O Legado e os Fardos Deixados por Ratinho Júnior: Balanço de Oito Anos de Gestão no Paraná

O encerramento do ciclo de dois mandatos de Carlos Massa Ratinho Júnior à frente do Governo do Estado do Paraná (2019–2026) consolida uma das mais profundas reconfigurações administrativas, econômicas e institucionais da história recente do estado. Pautada por uma retórica de eficiência privada, atração de capital produtivo, enxugamento da máquina estatal e inovação tecnológica na gestão pública, a gestão transformou a posição do Paraná no cenário socioeconômico brasileiro.

Contudo, a análise de um ciclo governamental dessa magnitude revela um panorama essencialmente dual. Ao mesmo tempo em que a gestão deixa um **legado** marcado por liderança em exames nacionais de educação, sólida saúde fiscal e salto na atração de investimentos industriais, o estado herda **fardos** relevantes: o acirramento das tensões com o funcionalismo público, controvérsias jurídicas e operacionais decorrentes de privatizações de grande porte (como a da Copel), a volta da cobrança de pedágios com novos encargos e gargalos estruturais nas áreas de saúde e ambiente.

1. O Legado: Eficiência Operacional, Atração de Investimentos e IDEB

1.1 Consolidação Econômica e Equilíbrio Fiscal

Durante a gestão de Ratinho Júnior, o Paraná ultrapassou o Rio Grande do Sul e assumiu de forma consistente a posição de **4ª maior economia do país**, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O Produto Interno Bruto (PIB) estadual evoluiu de R\$ 440 bilhões em 2018 para patamares consolidados superiores a R\$ 765 bilhões no ciclo de 2025/2026.

Evolução do PIB Nominal do Paraná (2018–2025 em R\$ bilhões)

2018:		R\$ 440 bi
2020:		R\$ 487 bi
2022:		R\$ 612 bi

2024: R\$ 710 bi

2025: R\$ 765 bi

Fonte: IBGE / IPARDES

A sustentação dessa trajetória apoiou-se no programa *Paraná Competitivo*, que captou mais de R\$ 120 bilhões em investimentos privados nacionais e internacionais entre 2019 e 2026, com forte adensamento da agroindústria de transformação, celulose e do complexo automotivo.

No âmbito fiscal, o estado sustentou a classificação **Capag A+** emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), atestando baixo endividamento em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) e rigor no cumprimento de metas fiscais.

1.2 O Fenômeno Educacional (IDEB)

O ponto de maior projeção política e administrativa do governo foi o desempenho da rede estadual de ensino no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), apurado pelo INEP/MEC. Através de um modelo focado no monitoramento digital da frequência (aplicativo *Eduscolar*), recomposição de aprendizagem por inteligência artificial e rigor na gestão do fluxo escolar, o Paraná alcançou a liderança nacional:

Desempenho no IDEB - Ensino Médio da Rede Pública

Paraná (Líder):	[5.1]
-----------------	-------

Piauí: [5.0]

Espírito Santo: [4.9] [REDACTED]

São Paulo: [4.8] [REDACTED]

Média Nacional Brasil: [4.5]

Fonte: INEP/MEC (Dados consolidados)

Além do Ensino Médio (nota 5,1), o estado assumiu a liderança nacional nos Anos Finais (5,8) e Anos Iniciais (6,9) do Ensino Fundamental na rede pública.

1.3 Redução da Criminalidade Violenta

A política de segurança pública integrou cercamento digital, reforço de efetivo e modernização de inteligência. A taxa de Mortes Violentas Intencionais (MVI) caiu de **21,2 por 100 mil habitantes em 2018 para cerca de 15,5 por 100 mil habitantes ao**

final do ciclo, registrando uma queda superior a 35% no volume absoluto de homicídios dolosos.

2. Os Fardos: Privatizações, Relações de Trabalho e Infraestrutura

Apesar das conquistas numéricas, a gestão acumulou passivos políticos, sociais e fiscais de longo prazo que passam a compor o quadro de desafios para as administrações futuras.

2.1 A Privatização da Copel e a Perda de Ativos Estratégicos

A transformação da Companhia Paranaense de Energia (Copel) em uma corporação de capital pulverizado (*corporation*), concretizada em agosto de 2023 com o rebaixamento da participação votante do Estado de 31,1% para aproximadamente 10%, permanece como um dos pontos mais debatidos do período.

- **Impacto no Patrimônio:** Críticos e entidades do setor elétrico apontam que o Estado alienou o controle direto da sua estatal mais rentável e estratégica em troca de um aporte pontual de R\$ 3,1 bilhões na operação de venda.
- **Riscos Operacionais e Tarifários:** A necessidade de amortizar mais de R\$ 3,7 bilhões pagos ao Governo Federal para a renovação das outorgas das usinas hidrelétricas (Foz do Areia, Segredo e Salto Caxias) gerou pressões sobre o ambiente regulatório, levantando incertezas sobre o repasse tarifário ao consumidor final nos ciclos de revisão da ANEEL.

Distribuição do Controle Votante da Copel (Antes vs. Depois de 2023)

[Antes da Privatização] —> Estado do Paraná detinha 31,1% (Controle Majoritário)

[Após a Privatização] —> Estado do Paraná retém ~10% (Com Golden Share) + Mercado

2.2 Relações de Trabalho, Previdência e Conflito com o Funcionalismo

A relação entre o Poder Executivo e o funcionalismo público estadual (em especial das áreas de educação, saúde e segurança) foi marcada por duras reformas institucionais e desgaste contínuo:

1. **Reforma da Previdência Estadual (2019/2020):** Elevação da alíquota de contribuição dos servidores para 14% e taxa de aposentados e pensionistas que recebem acima do teto do RGPS, gerando forte descontentamento social.

2. **Terceirização da Gestão Escolar (*Parceiro da Escola*):** A entrega da gestão administrativa de dezenas de colégios estaduais a empresas privadas gerou paralisações lideradas pela APP-Sindicato e acusações de mercantilização do espaço escolar público.
3. **Mecanização do Trabalho Docente:** A imposição de métricas rígidas de uso de aplicativos digitais gerou relatos de sobrecarga e adoecimento na categoria docente.

2.3 O Novo Anel de Integração: Pedágios e Incertezas Contratuais

Após o encerramento dos antigos contratos em novembro de 2021, o estado viveu um hiato sem cobrança nas praças de pedágio. No entanto, a implementação da nova modelagem rodoviária (Lotes 1 a 6 em parceria com o Governo Federal e a B3) trouxe de volta a cobrança tarifária:

- **Tarifas e Aportes:** Embora as tarifas iniciais nos leilões da B3 tenham apresentado descontos em relação à tabela histórica anterior, a exigência do aporte financeiro de garantia (caução) e o início dos reajustes anuais reacenderam a insatisfação de usuários e do setor produtivo do interior.
- **Cronograma de Obras:** O sucesso do modelo depende do cumprimento rigoroso das obras de duplicação previstas para os primeiros sete anos de contrato, cujo atraso constitui risco relevante de contencioso administrativo.

3. Matriz Consolidada de Indicadores: O Salto e os Custos

Tabela 1: Síntese Comparativa do Paraná (2018 vs. 2026)

Dimensão	Indicador Oficial	Situação em 2018	Situação em 2025/2026	Classificação da Mudança
Economia	PIB Total (R\$)	R\$ 440 bilhões	R\$ 765 – 800 bilhões	Legado (Expansão sólida)
Economia	Posição no PIB Nacional	5º lugar	4º lugar (Superou o RS)	Legado (Ganho de relevância)
Fiscal	Capag (STN)	Capag B / A	Capag A+	Legado (Saúde financeira)
Educação	IDEB - Ensino Médio	4,0 (9º lugar)	5,1 (1º lugar nacional)	Legado (Liderança técnica)
Segurança	Taxa de MVI (por 100 mil)	21,2	~15,5	Legado (Redução contínua)
Energia	Controle Estatal da Copel	Estatal tradicional	Corporação privada	Fardo / Controvérsia
Trabalho	Relação com Servidores	Tensa	Altamente desgastada	Fardo (Passivo social)
Infraestrutura	Praças de Pedágio	Antigo contrato expirado	Novo modelo (Lotes B3)	Misto (Risco contratual)

4. Análise de Impacto de Longo Prazo

Ao analisar o encerramento da era Ratinho Júnior, observa-se que o Paraná se tornou um laboratório de políticas públicas liberais no Brasil. O legado econômico e pedagógico é incontestável sob o prisma das estatísticas oficiais, fornecendo ao estado uma infraestrutura de dados e um dinamismo privado sem precedentes.

Por outro lado, os fardos deixados pela gestão — representados pela perda do controle direto de ativos energéticos públicos, pela fragilização dos canais de diálogo com os servidores e pela dependência de terceirizações no setor social — impõem limites à sustentabilidade desse modelo. Cabe aos novos ciclos políticos administrar esses passivos, equilibrando a eficiência do mercado com a preservação do bem-estar social e da soberania estatal.

Referências e Fontes Consultadas

1. **IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística):** *Contas Regionais do Brasil (2018–2025)*. Rio de Janeiro: IBGE.
2. **IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social):** *Indicadores Conjunturais e Análise do PIB do Paraná*. Curitiba: IPARDES.
3. **INEP / MEC:** *Resultados Nacionais do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)*. Brasília: Ministério da Educação.
4. **STN (Secretaria do Tesouro Nacional):** *Relatórios de Capacidade de Pagamento (CAPAG) de Estados e Municípios*. Brasília: Ministério da Fazenda.
5. **FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública):** *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: FBSP.
6. **SESP-PR (Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná):** *Estatísticas Trimestrais de Criminalidade Violenta*. Curitiba: SESP-PR.
7. **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP):** *Texto Final da Lei Estadual nº 21.272/2022 (Desestatização da Copel)*.

Referências e Fontes Oficiais

1. **IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social):** *Relatórios de Acompanhamento do PIB do Paraná e Análises Conjunturais (2019–2026)*. Curitiba: Governo do Estado do Paraná.
2. **IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística):** *Contas Regionais do Brasil e Pesquisa Mensal de Serviços/Indústria*. Rio de Janeiro: IBGE.
3. **INEP / MEC (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira):** *Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)*. Brasília: Ministério da Educação.
4. **FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública):** *Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Edições de 2019 a 2026)*. São Paulo: FBSP.
5. **SESP-PR (Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná):** *Relatórios Estatísticos de Criminalidade e Análises Trimestrais de Homicídios*. Curitiba: SESP-PR.
6. **STN (Secretaria do Tesouro Nacional):** *Análise da Capacidade de Pagamento (CAPAG) de Estados e Municípios*. Brasília: Ministério da Fazenda.
7. **DER-PR / ANTT:** *Modelagem das Concessões de Rodovias do Paraná - Lotes 1 a 6*. Curitiba/Brasília.

Manifesto Ondas Médias: A Voz que Ecoa da Margem ao Centro

Há um pulsar diferente no lugar onde a terra se curva para abraçar o Atlântico. Quem nasce, vive ou deita raízes no Litoral do Paraná aprende, desde muito cedo, a decifrar os silêncios e os ruídos de uma região que é, ao mesmo tempo, o portal de riqueza do estado e o confessionário de suas maiores ausências. É desse cenário de contrastes profundos, onde a imponência da Serra do Mar encontra a imensidão do oceano, que nasce o **Ondas Médias Comunicação**.

Nós não somos apenas mais uma página na imensidão da internet. Não somos um aglomerado de códigos, algoritmos ou manchetes frias recortadas do cotidiano. O Ondas Médias é um ato de amor, de teimosia e de profunda indignação. Somos um coletivo de mentes e corações indignados com a invisibilidade histórica do nosso povo; somos homens e mulheres que acreditam, com uma fé quase visceral, que a palavra escrita, a informação de qualidade e o debate honesto são as ferramentas mais poderosas e democráticas para rasgar o véu da passividade e provocar a verdadeira mudança social na nossa comunidade.

As Raízes da Nossa Teimosia

Para compreender quem somos, é preciso primeiro compreender de onde viemos. Viemos de uma terra de encontros e de resistências. O litoral paranaense guarda a memória da Cidade Mãe, Paranaguá, o berço que acalentou as primeiras estruturas deste estado. Guarda a força mística da Ilha do Mel, a imponência histórica de Antonina, a poesia pacata de Morretes, as frentes de batalha diárias de Pontal do Paraná e Guaratuba, e o solo vibrante e em constante transformação de Matinhos.

Crescemos ouvindo o barulho das marés e o sussurro do vento que desce a serra cortando a Mata Atlântica. Aprendemos a respeitar a sabedoria caíçara, o pescador que lê o tempo nas nuvens, o trabalhador portuário que carrega o PIB do país nas costas, o professor que cruza manguezais para abrir uma sala de aula isolada, e o comerciante local que resiste bravamente à agonia da baixa temporada.

No entanto, por gerações, a história do nosso litoral foi contada por vozes de fora. Fomos reduzidos ao cenário de férias dos moradores do planalto ou às estatísticas frias de toneladas de grãos escoadas pelos portos. Quando as luzes do veraneio se apagam e as grandes massas de turistas sobem a serra, o litoral permanece. E permanece com as suas UPAs sobrecarregadas, suas escolas que lutam contra a evasão, sua juventude sedenta por oportunidades e suas periferias esquecidas pela opulência que passa pelas nossas rodovias. O Ondas Médias nasce dessa recusa. Recusamos o papel de figurantes da nossa própria história.

O Conceito das "Ondas Médias": Sintonizando a Realidade

O nome que carregamos não é um mero capricho estético. As "Ondas Médias" — a velha e eterna amplitude modulada (AM) das ondas de rádio — moldaram a consciência e a integração das comunidades mais distantes deste país. O rádio de ondas médias era aquele que rompia as barreiras da geografia, que entrava nos lares mais humildes, que conversava com o pescador em alto-mar e com o agricultor no pé da serra. Era a voz da companhia, da utilidade pública e, acima de tudo, da verdade nua e crua.

Resgatar esse conceito na era digital é o nosso maior compromisso com a vanguarda. Em um mundo saturado de ruídos, notícias falsas, cliques fáceis e polêmicas vazias que duram apenas vinte e quatro horas, nós escolhemos a profundidade. Escolhemos sintonizar a frequência daquilo que realmente importa. Queremos ser a ponte que liga o pescador artesanal de Guaraqueçaba ao debate econômico do Porto de Paranaguá; o fio condutor que conecta os avanços urbanísticos da nova orla de Matinhos à necessidade urgente de preservação do Parque Estadual Rio da Onça.

Sintonizar as ondas médias significa dar ouvidos ao invisível. Significa humanizar os dados, trazendo estatísticas de IDEB e DATASUS para o nível do chão, traduzindo números complexos em rostos, em histórias de vida e em cobranças legítimas aos detentores do poder político e econômico. A informação que difundimos não visa o entretenimento anestésico; visa o despertar.

A Informação como Faísca de Libertação

Acreditamos que uma comunidade desinformada é uma comunidade indefesa. Quando o cidadão não conhece a sua própria história, quando ignora as forças políticas que moldam o seu bairro e desconhece os recursos que entram nos cofres de sua prefeitura, ele se torna refém do assistencialismo e das promessas sazonais que desabam sobre nós a cada quatro anos.

O Ondas Médias assume a missão de ser um farol de letramento cidadão. Nós escrevemos para que o morador da periferia de Paranaguá compreenda o impacto da expansão portuária na sua qualidade de vida. Escrevemos para que a mãe de família em Matinhos saiba o valor de uma creche em tempo integral para a emancipação de sua trajetória profissional. Investigamos, analisamos e publicamos porque sabemos que o conhecimento é o único bem que, quando compartilhado, não se divide — multiplica-se e liberta.

Nossa busca pela mudança social não se faz com gritos vazios ou panfletarismo ideológico. Ela se faz com o rigor da verdade, com a solidez dos dados e com a beleza de uma narrativa que respeita a inteligência do leitor. Queremos provocar o incômodo saudável. O incômodo que faz o cidadão olhar para o lado e perceber que a vala a céu aberto no seu bairro não é um destino divino, mas uma falha política. O incômodo que faz a juventude caçara perceber que a universidade pública e o ensino técnico de excelência também pertencem a eles por direito de herança e de solo.

Um Chamado à Ação Coletiva

Ninguém transforma uma realidade sozinho. O Ondas Médias é, antes de tudo, um espaço aberto de convergência. É o ponto de encontro de professores, estudantes, trabalhadores, intelectuais, ambientalistas e de todo cidadão que se recusa a aceitar o cinismo de que "as coisas sempre foram assim e nunca vão mudar".

Nossa redação virtual é uma trincheira de esperança. Olhamos para o futuro do Litoral do Paraná com os olhos cheios de ambição — não a ambição mesquinha do lucro e do poder pelo poder, mas a ambição coletiva de ver esta região atingir a plenitude de sua vocação. Sonhamos com o dia em que o desenvolvimento portuário caminhará de mãos dadas com a erradicação da pobreza extrema nas cidades litorâneas. Sonhamos com o momento em que o turismo de massa será sustentável e gerará emprego digno e renda permanente para as famílias da nossa terra durante os doze meses do ano.

Até que esse dia chegue, nossa voz não silenciará. Nossos textos continuarão a ecoar, nossas análises continuarão a destrinchar o tabuleiro do poder e nossa paixão pela justiça social continuará a abastecer cada linha que publicamos. Nós somos a memória viva dos que nos antecederam e a promessa audaciosa dos que virão.

Somos a voz da costa. Somos a pulsação do povo caiçara. Somos a insistência do desenvolvimento com dignidade.

Nós somos o **Ondas Médias Comunicação**.

